

# Câmara de Santo André deve propor tarifa zero no transporte

Nos municípios em que usuário não paga pela passagem, custo é assumido pela Prefeitura; texto deverá ser protocolado nesta semana

CAMILA PERGENTINO  
camilapergentino@dgabc.com.br  
EVALDO NOVELINI  
evaldonoveli@dgabc.com.br

O presidente da Câmara de Santo André, Carlos Ferreira (MDB), disse na sessão ordinária desta terça-feira (14) que estuda a possibilidade de propor um projeto de tarifa zero no transporte público municipal. No Grande ABC, São Caetano já conta com o benefício. O texto, segundo o emedebista, deve ser protocolado nesta semana. Atualmente, a tarifa na cidade custa R\$ 5,70.

"O que nós estamos percebendo é que há muitas cidades do estado de São Paulo que estão fazendo opção pela tarifa zero. Estamos aqui preparando um projeto para apresentar ao Legislativo, para apreciação dos vereadores, referente a isso, porque entendemos que isso, em primeiro lugar, vem a ajudar o município. Segundo, o que pagamos de impostos vai se reverter direta-



SEM PAGAR. Possível projeto de lei pode tornar tarifa grátis para todos os usuários do transporte

mente ao município andreeense", explicou Carlos Ferreira.

O parlamentar revelou que o departamento jurídico da Câmara já trabalha na confecção da proposta. Em São Caetano, o usuário pagava R\$ 5 pelo bilhete. Com o benefício,

o município assumiu os investimentos, calculados em R\$ 34,8 milhões ao ano. Santo André pretende seguir o modelo implantado na cidade vizinha em novembro do ano passado. De acordo com o presidente, projetos de lei de ou-

tras localidades também estão sendo estudados pelo corpo técnico do Legislativo. "É (um projeto) vinculado diretamente à Secretaria de Mobilidade Urbana, visando promover a locomoção e mobilidade gratuita de todos os usuá-

rios do sistema de transporte coletivo", detalhou o presidente da Câmara.

Ferreira adiantou que pretende promover ampla discussão da ideia. "Vamos apresentar ao governo de Santo André, à Câmara, à Comissão de Justiça, à Comissão de Finanças e à avaliação dos parlamentares para ver se conseguimos aprovar a tarifa zero."

O governo municipal será envolvido no debate da proposta, porque é preciso calcular o impacto financeiro da medida. Nas cidades em que o usuário não paga pela passagem, o custo é assumido pela Prefeitura. "Qualquer que seja o investimento, é um benefício muito grande", ressaltou Ferreira, lembrando que a administração já custeia uma parcela do sistema — não pagam passagem idosos, estudantes e pessoas com necessidades especiais. O presidente da Casa também quer incluir representantes das empresas concessionárias na discussão.

Em agosto de 2023, o projeto de lei Transporte Público Coletivo Gratuito foi proposto pelo vereador Rodolfo Donetti (Cidadania). "Nós conseguimos provocar essa pauta de políticas públicas para promover, justamente, esse benefício para a população, principalmente a população carente. Isso permitiria que os recursos (das famílias) fossem direcionados às necessidades básicas, como alimentação", disse ele em entrevista ao **Diário**.

Em outubro do ano passado, a CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) barrou o texto. A proposta já conta com o apoio de alguns parlamentares, segundo Donetti. No entanto, para ele, não é um projeto de lei fácil. "Então, tem que ter a participação da sociedade civil, do Executivo, das filantrópicas do município, das concessionárias de ônibus e dos empresários. É um projeto de lei para o futuro, temos que ter um diálogo com cada um para encontrar o melhor caminho."

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

**Seção:** Setecidades **Página:** 3